

MANDATO Bacelar propõe eleição 4 meses após nova Carta

O senador Rui Bacelar (PMDB-BA) anunciou ontem que já está concluída sua proposta à Constituinte no sentido de que o povo seja convocado para escolher pelo voto o novo presidente da República 120 dias depois de promulgada a nova Constituição.

Caso seja cumprida a previsão de que a nova Constituição poderá ser promulgada a 15 de novembro deste ano, o povo brasileiro seria convocado para ir às urnas a 15 de março do próximo ano, para eleger pela primeira vez em 27 anos o presidente da República. Proposta idêntica à de Bacelar foi anunciada na semana passada pelo deputado Adylson Mota (PDS-RS).

O senador Rui Bacelar sustenta que o atual Govern-

no é de transição e assim terá cumprido plenamente suas funções ao ser promulgada a nova Constituição, que funcionará como um "divisor de águas entre o Brasil do arbitrio, do passado, e o Brasil novo, já vivendo a plenitude democrática".

Deve se acrescentar a isso — disse Bacelar — a anomalia que representa

termos um presidente da República eleito por via indireta, quando todos os outros mandatários foram escolhidos por voto direto. Quero lembrar, ainda, que não existe qualquer impedimento jurídico ou ético para que nossa proposta seja acolhida.

O senador baiano argumenta que a Constituinte é soberana para fixar o man-

dato presidencial futuro e decidir como julgar convenientemente quanto à duração do mandato em curso. Bacelar contesta a tese segundo a qual o mandato de Sarney não poderia ser reduzido por se tratar de um direito adquirido.

Rui Bacelar afirma que não pode haver direito adquirido contra a nova Constituição. Acrescentou que, do ponto de vista ético, nenhum compromisso moral impede a redução do mandato do presidente Sarney.

— Ao contrário, como já demonstramos, compromissos éticos é que determinam essa redução, disse, lembrando que as principais lideranças da Aliança Democrática consideraram o mandato presidencial de seis anos um mero acidente.

Carone consulta o Supremo

O ex-deputado Jorge Carone ingressou com representação no Supremo Tribunal Federal para que a corte se manifeste "de forma definitiva" sobre a duração do mandato do presidente Sarney.

Carone sustenta que "permanece, pois, a hipó-

tese de um dano potencial, configurado no conflito de competências, sem prejuízo do entendimento de que não há como aceitar-se e admitir-se que o mandato do Presidente da República, ora em exercício, possa ser objeto de redução".

Dornelles quer apoio a Sarney

Rio — O deputado constituinte Francisco Dornelles (PFL-RJ) disse ontem que os partidos que integram a Aliança Democrática devem encontrar posições comuns, no sentido do fortalecimento do presidente José Sarney. Ele considera importante o apoio ao Presidente para a solução das dificuldades por que passa o País. No plano econômico, ele se declarou favorável à unificação do comando da economia, ficando as decisões centralizadas no Ministério da Fazenda, porque acredita que a dualidade de comando impede o processo decisório eficaz.

No atual momento, o ex-ministro da Fazenda afirma ser imprescindível o crescimento e, para isso, aponta como necessária a sustentação de uma política fiscal e monetária de grande austeridade. Na sua opinião, o equilíbrio de contas públicas e a contenção dos gastos no Tesouro são fatores essenciais ao combate à inflação. Ele também aponta como medida fundamental o esforço no sentido da privatização da economia. Ele defende a privatização de todas as empresas que não tenham razões históricas políticas ou econômicas para existirem.

Dornelles garante que o déficit absorve hoje um montante muito grande de recursos que poderiam ser canalizados para programas na área social, e ainda, nos campos da segurança pública, do saneamento e da justiça. Segundo ele, o Governo deveria intensificar um programa de privatização da economia.

O deputado acha que para a superação da crise econômica é importante a coincidência das eleições para a Presidência da República, para o Senado e a Câmara dos Deputados e para os governos estaduais. Ele aponta como ideal a fixação do mandato do presidente Sarney em seis anos.

Prazo é maio, afirma Sant'Anna

O líder do Governo e da Maioria na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, disse ontem, depois de analisar com o presidente José Sarney a situação política do País, que é importante a fixação do mandato presidencial até o mês de maio, porque é necessário uma definição para a negociação da dívida externa com os bancos credores.

Para Sant'Anna, o tempo ideal do mandato é de seis anos, como fixa a atual Constituição. Ele disse que vem consultando os políticos do PMDB para saber qual a tendência. Até o mo-

mento ele já ouviu os políticos pertencentes ao grupo Tancredo Neves e todos são favoráveis à manutenção do atual período.

O deputado disse, que teoricamente, o presidente Sarney tem o apoio da classe política, lembrando que o PMDB tem 303 parlamentares, enquanto o PFL possui 134, e mais alguns do PTB, que recentemente acertou o seu apoio ao Governo, em troca da participação no conselho político e na equipe ministerial.

Quanto ao apoio do povo, Sant'Anna acha que a po-

puaridade vai voltar, como no início do Plano Cruzado, dentro de três a quatro meses, quando os problemas econômicos estiverem contornados. Ele também considera normal a queda da confiança do povo, porque esse fato está sempre ligado "aos problemas conjunturais e flutuantes". Sarney, de acordo com Sant'Anna, sempre foi bem recebido por onde passou, e citou o exemplo de Sergipe, onde no dia 6 último, ele foi efusivamente aplaudido em Canindé de São Francisco, quando inaugurou a nova cidade.

Brossard critica New York Times

Porto Alegre — O ministro da Justiça, Paulo Brossard, considerou "injuriosa" às Forças Armadas nacionais a previsão, em editorial do jornal americano *The New York Times*, de que o País estaria na iminência de um golpe militar. "As Forças Armadas têm sido exemplares na difícil fase de transição que a Nação atravessa", afirmou o ministro em seu artigo semanal publicado pelo *Jornal Zero Hora*. "Em nenhum momento eles faltaram um milímetro ao compromisso nacional concebido pelo saudoso presidente Tancredo Neves e processado de maneira impecável pelo presidente José Sarney".

O ministro observou que nem sempre a imprensa americana prima pela boa informação e que sua aceitação como um "dogma", é exemplo de "mentalidade

passiva e subserviente, que parece adotar o desastre e é capaz de preferir uma manchete funesta a uma notícia alvissareira para o País". Brossard lamentou que o compromisso com a transição democrática seja esquecido pelos que "empregam com abundância o jargão democrático, mas que se empenham, conscientemente ou inconscientemente, em dificultar o processo".

passiva e subserviente, que parece adotar o desastre e é capaz de preferir uma manchete funesta a uma notícia alvissareira para o País". Brossard lamentou que o compromisso com a transição democrática seja esquecido pelos que "empregam com abundância o jargão democrático, mas que se empenham, conscientemente ou inconscientemente, em dificultar o processo".

Depois do retorno de São Paulo, onde participou no sábado de uma reunião com os empresários no haras de Mathias Machline, presidente do Grupo Sharp, o presidente José Sarney sentiu um "ligeiro desconforto" no pé do pé esquerdo, obrigando-o a receber algumas pessoas com o pé fora do sapato (foto).

Dé acordo com o secretário de Imprensa da Presidência da República, após exame de radiografia, realizado no intervalo do almoço, sob a supervisão do coronel-médico Messias de Araújo, foi constatado a presença de um "esporão do calcâneo", o osso que forma o calcanhar, de acordo com o parecer médico. O problema foi considerado "insignificante" pelos especialistas.

O fato foi descoberto quando as portas do gabinete do presidente Sarney foram abertas para que os cinegrafistas e os fotógrafos registrassem a audiência com o presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul, Luis Carlos Mandelli.



de A a Z

Lysâneas Maciel

Cassado em 77 retorna à Câmara defendendo uma rigorosa auditoria para investigar a origem da dívida.



Lysâneas Dias Maciel (PDT-RJ), 60 anos, retorna à Câmara com 36 mil 913 votos. Pastor evangélico, cassado em 1977 pelo então presidente Ernesto Geisel, ele exilou-se na Suíça onde passou a trabalhar no Conselho Mundial de Igrejas. Nos dois mandatos (71 a 75 e 75 a 77) que exerceu pelo PMDB durante o regime militar, com seu temperamento agressivo, Lysâneas destacou-se na defesa dos direitos humanos. Retornou ao Brasil em 1978, filiando-se inicialmente ao Partido dos Trabalhadores, legenda pela qual disputou o Governo do Estado do Rio de Janeiro em 1982. Passado o pleito, incompatibilizado com diversas correntes petistas, aderiu ao PDT.

Mineiro de família tradicional, casado, três filhos, Lysâneas está entre aqueles que defendem a realização de eleições diretas para a Presidência da República logo após a promulgação da nova Constituição. O deputado, que durante as discussões do Regimento Interno

apresentou uma proposta proibindo expressamente os militares de se pronunciarem acerca de matéria que esteja submetida à apreciação da Constituinte, faz questão de ressaltar que não é contra os militares "e sim contra o militarismo". Esse é um dos temas sobre os quais pretende se debruçar, sugerindo emendas que garantam a redução dos orçamentos militares.

Para Lysâneas, a mera e simples condenação pela justiça americana do empresário Tony Gebauer, o condutor das negociações do Brasil com o credor, justificaria a instalação de uma imediata auditoria para investigar a origem da dívida. "Foi ele quem fixou o maior "spread" do mundo", denuncia Lysâneas, pedindo uma completa investigação, "para apurar inclusive, a responsabilidade dos seus comparsas brasileiros". Feita a auditoria, ele acha que o Brasil estaria em melhores condições para negociar o pagamento do principal, que calcula que anda em torno dos 58 bilhões de dólares.

os Constituintes

Arnaldo Prieto

Ministro do Trabalho no governo Geisel, é parlamentarista e defende o mandato de seis anos para o presidente Sarney



Arnaldo da Costa Prieto (PFL-RS), 56 anos, ex-ministro do Trabalho no Governo Geisel, volta à Câmara após 12 anos, depois de uma rápida passagem (79 e 80) pelo Tribunal de Contas da União. Engenheiro civil, ele começou sua carreira política elegendo-se em 1959 vereador pelo PDC em São Leopoldo. Em 1962, disputou uma cadeira na Assembleia Legislativa gaúcha, ficando na primeira suplência. Foi, então, convidado a assumir a Secretaria do Trabalho e Habitação pelo governador Ildo Meneghetti.

Com o eleitorado concentrado na região do Vale dos Sinos, ele foi eleito pela primeira vez deputado federal em 1966, reelegendo-se em 1970, pela legenda da Arena, exercendo a Secretaria Geral do partido de 69 a 74, quando foi nomeado ministro do Trabalho pelo presidente Geisel.

Casado, cinco filhos, de temperamento moderado, ele orgulha-se de ter criado durante sua gestão

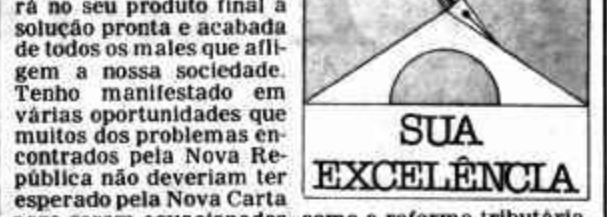
à frente do Ministério, as Cohabs e o Sistema Nacional de Emprego (Sine) e de ter favorecido a aprovação da lei que aumentou para 30 dias as férias dos assalariados.

Prieto acha que o presidente José Sarney deve cumprir integralmente o seu mandato de seis anos, observando que a mesma Constituição que fixou esse período estabeleceu também a duração dos mandatos dos parlamentares. "Se mexermos no mandato do Presidente, deveremos mexer no de todo mundo", argumenta ele, defendendo cinco anos para os sucessores de Sarney.

Parlamentarista, ele acha que a sua adoção vai ensinar a criação de um "esquema de contrapeso, já que a possibilidade de dissolução do Parlamento, mesmo que restrita, favorece o equilíbrio entre os poderes". Em relação ao voto distrital, Prieto, que já foi favorável à sua implantação, confessa que hoje está "reestudando" o assunto.

É preciso dividir responsabilidades

ERALDO TINOCO



Ao contrário do que foi incutido no pensamento da maioria do povo brasileiro, a Constituinte não trará no seu produto final a solução pronta e acabada de todos os males que afligem a nossa sociedade. Tenho manifestado em várias oportunidades que muitos dos problemas encontrados pela Nova República não deveriam ter esperado pela Nova Carta para serem equacionados, como a reforma tributária, por exemplo, desde que dois preciosos anos foram desperdiçados sem uma profunda reformulação neste e em vários outros aspectos da vida brasileira.

Como isso não ocorreu, temos que aproveitar ao máximo esta oportunidade para adoção das medidas reclamadas pelo nosso povo, incluindo no texto constitucional os parâmetros básicos para a organização da sociedade que almejamos para nós e que sonhamos para as gerações futuras.

Dentre os pontos que considero de importância fundamental estão os aspectos relacionados com as funções do Estado. A formidável interferência do ente estatal na vida cotidiana do cidadão deve ser contida de tal forma que, tanto no campo econômico quanto no social, funcionem de forma mais adequada os mecanismos de atuação e defesa da própria sociedade, como as regras de mercado, no campo econômico, e as instituições civis, como sindicatos, associações, cooperativas, etc., na defesa dos interesses da coletividade.

Quanto à atuação do Estado, é imperioso que sejam fixados os parâmetros da sua atuação, inclusive com a perfeita definição das responsabilidades de cada nível de governo. Hoje, o que ocorre é um verdadeiro caos na atuação dos diversos segmentos governamentais, desde quando a superposição de funções é a tônica dominante, sempre conduzindo a outra anomalia grave: a descontinuidade administrativa.

Diferentes órgãos cumprindo as mesmas tarefas conduzem a dois prejuízos: primeiro o desperdício, tão comum na atuação do Estado, que sangra o contribuinte de maneira brutal, sem uma contrapartida adequada nos serviços oferecidos. A carga tributária sobre os ombros do cidadão brasileiro é das mais pesadas em termos mundiais, enquanto a nossa máquina administrativa é das mais obsoletas e ineficientes. Em segundo lugar, pela falta de definição nas responsabilidades de cada esfera de poder, fica o cidadão inteiramente desprovido de meios para reclamar dos seus direitos.

Tomemos o setor educacional como exemplo. Digamos o ensino obrigatório dos 7 aos 14 anos, que é exigido na atual Constituição. Quem deve ser responsabilizado pelos 7 milhões de pequenos brasileiros que estão fora da escola? É a União? São os Estados? Os Municípios? Não encontramos respostas prontas a estas indagações porque simplesmente não existem indicadores no texto constitucional, nem definições claras na legislação ordinária, para caracterizar qual o nível de governo que está obrigado ao cumprimento da exigência da própria Carta Magna. Esta mesma questão pode ser estendida para todos os demais setores de atuação do Estado. A falta de respostas será sempre a mesma. Examinemos a área da saúde, do saneamento básico, do transporte coletivo, enfim de todos os setores que interferem cotidianamente na vida de cada cidadão, que encontraremos a mesma situação.

Então, para sanar esse problema tão significativo só vemos uma saída: o novo texto constitucional deve trazer indicadores claros a respeito das atribuições de cada nível de governo, o que representará as bases concretas para uma verdadeira reforma administrativa, simplificando a máquina governamental, eliminando superposições e desperdícios e oferecendo ao cidadão — e este é o ponto fundamental — as condições de exigir dos poderes públicos o cumprimento das suas reais responsabilidades.

E de se notar que, ocorrendo uma fixação nos limites de atuação da União, dos Estados e dos Municípios, poderemos chegar a outra definição importante: como devem ser distribuídos os recursos públicos. Toda uma reflexão a respeito da origem e das aplicações dos recursos provenientes da sociedade para sustento da máquina burocrática e realização dos investimentos necessários ao desenvolvimento do País, deverá ser o ponto de partida para a definição da atuação do Estado. E, neste processo, definindo-se as responsabilidades de cada nível do governo, poderemos chegar mais facilmente ao equacionamento da carga tributária justa e de como os recursos devem ser distribuídos. Em última análise, após a fixação dos parâmetros para uma verdadeira reforma administrativa, teríamos a base sólida para chegarmos a um dos pontos mais sensíveis de todo o processo de mudança: a reforma tributária.

Se a opção for, como defendemos, um amplo processo de descentralização administrativa, com as funções que reclamam atendimento mais imediato ficando com o Município, aquelas que implicam em soluções técnicas mais complexas ficando com os Estados e as ações que envolvem grandes investimentos ou uma ação integrada de maior amplitude ficando com a União; ocorrerá concomitantemente o processo de descentralização da aplicação dos recursos públicos, feita com base nas prioridades que a sociedade definir e uma correlação apropriada entre as responsabilidades e os recursos disponíveis.

Somente assim o cidadão poderá exigir, com êxito, o cumprimento das responsabilidades governamentais, e os administradores poderão dar informações precisas acerca das suas limitações. E o que se pode almejar para uma sã convivência povo/governo, num processo, batizado pelo modismo, de transparência nas ações do Estado.

Eraldo Tinoco é deputado pelo PFL da Bahia

Comissão ficará atenta à dívida

A bancada do PMDB na Constituinte, em sua reunião de amanhã, deve formar comissão de deputados para acompanhar a negociação da dívida externa junto ao Governo. Moção nesse sentido vai ser apresentada por deputados do grupo progressista, que articularam sucesso à candidatura do senador Mário Covas (SP) na disputa pela liderança do partido na Constituinte.

O principal objetivo político do grupo, agora, é viabilizar o lançamento de Covas como candidato do PMDB à Presidência da República. O mandato máximo admitido para o presidente Sarney é de quatro anos. Outra intenção é promover maior abertura do partido em relação à sociedade.

Eliminar o "cupulismo" — decisões tomadas pela constituinte sem consulta às bancadas. Unidos em torno desse ideal, deputados identificados como progressistas passaram a se reunir, em caráter sigiloso, há um mês. Alguns nomes: Agassiz Almeida

(PB), Antônio Pedrosa (SP), Cássio Cunha Lima (PB), Cristina Tavares (PE), Fernando Lyra (PE), Hélio Duque (PR), João Natal (GO) e Nelson Friedrich (PR).

O discurso de Covas na reunião que o escolheu líder foi o momento culminante do processo de insatisfação de parte da bancada com as lideranças do partido. "Era preciso romper o círculo de ferro que fechava o PMDB", conta Agassiz de Almeida.

Além disso, nas sucessivas reuniões que mantiveram, os deputados progressistas faziam um coro de lamentações contra a maneira de o deputado Ulysses Guimarães conduzir o partido.

Os progressistas acreditam que Covas é o candidato a presidente da República do PMDB renovado. A vitória do senador de oito milhões de votos rompeu o centralismo partidário e, pelo menos por enquanto, afasta o risco de intervenção direta do Executivo na Assembleia Nacional Constituinte.